

ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO

ORIGINS AND DEVELOPMENT OF COOPERATIVISM

Luís de Castro CAMPOS JR.¹

RESUMO: O Cooperativismo desenvolveu-se pelo mundo todo constituindo-se em doutrina que buscava diminuir as desigualdades sociais, como alternativa para aos setores com menor poder aquisitivo. Neste artigo, buscamos compreender as idéias que fomentaram o pensamento cooperativo, antecedendo sua manifestação no século XIX.

UNITERMOS: Cooperativismo; capitalismo; trabalhadores; história; economia; Revolução Industrial; Inglaterra.

ABSTRACT: Cooperativism developed in the whole world as a doctrine that intended to decrease social inequalities, as an alternative to sectors with lower acquiring power. In this paper we want to understand the ideas which stimulated cooperative thought before its manifestation in the 19th century.

UNITERMS: Cooperativism; capitalism; workers; history; economy; Industrial Revolution; England.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos resgatar as origens do cooperativismo e seu posterior desenvolvimento na sociedade contemporânea, notadamente no contexto da Revolução Industrial que ocorre no século XVIII.

¹ Doutor em História pela FCL/Unesp, Câmpus de Assis (SP). Professor de OSPB no Curso de Turismo da Universidade de Marília – UNIMAR. Marília (SP), Brasil.

O cooperativismo desenvolveu-se no Mundo como alternativa para os trabalhadores enfrentarem o impacto da revolução industrial, de forma específica na Inglaterra. Ao resgatarmos seus primeiros movimentos, contribuimos para compreender seus princípios, doutrinas e o papel desempenhado na sociedade por ocasião de seu surgimento.

MATERIAL E MÉTODO

Foi importante analisar a produção bibliográfica a respeito do cooperativismo. Assim, em um primeiro momento, foi usado o material produzido pelo Instituto de Cooperativismo e Associativismo vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Tal material foi pesquisado em função de tese de doutoramento desenvolvida posteriormente. A partir das publicações do ICA, houve a preocupação de buscar outros trabalhos que viabilizassem uma análise histórica da trajetória cooperativista. Assim, no presente artigo, foram usadas outras publicações para estabelecer-se uma discussão sobre as idéias que prepararam as bases teóricas e sua manifestação prática no século XVIII.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1 As primeiras manifestações do Cooperativismo na Antiguidade

O estudos sobre a origem do cooperativismo foram realizados com maior intensidade nos séculos XVIII e XIX, já que, numa fase anterior, não havia maiores preocupações sobre sua existência.

No entanto, alguns pesquisadores procuraram indícios de um tipo de associativismo praticado nas civilizações antigas. Assim, termos como "fontes primitivas" de cooperação foram os mais encontrados nas discussões em torno do assunto.

É evidente que na Antiguidade houve o predomínio do trabalho escravo e, portanto, trabalho forçado, o que diferencia em

muito esse tipo de associação daquelas que surgiram no século XIX. Na Antiguidade, a associação de trabalho era uma ação obrigatória, impossibilitando, assim, o surgimento de similares livres, com uma estrutura idêntica às cooperativas modernas.

Segundo Hans Müller, os babilônios formavam organizações que se assemelhavam a um tipo de associação especializada no *arrendamento de terras* (3, p.5). Já Bentano procurou entre os primeiros cristãos um modelo pioneiro de cooperativas de consumidores, nas quais o consumo era feito em comum, com divisão de funções e, inclusive, com encarregados da organização e do abastecimento.

Os gregos e os romanos também foram apresentados como precursores de sociedades em que a associação e a união dos esforços atingiram especialmente os pequenos artesãos, com destaque para o auxílio mútuo.

Torna-se evidente que uma discussão acerca das formas primitivas de associação ultrapassaria a proposta desta pesquisa. Existiu, neste caso, uma preocupação em se estudar, mesmo que rapidamente, os primeiros indícios de uma possível atividade, no qual a união “em torno de objetivos comuns” apresentasse um destaque com certa significação.

Não se quer, portanto, adentrar em uma discussão que seria privilégio dos historiadores da Antiguidade, mas aproveitar o tema para explorar as origens remotas do cooperativismo, levando-se sempre em conta o contexto de seu surgimento.

Voltando ao caso grego, alguns autores, como Nestor Oliveira, consideram que pessoas das camadas médias faziam parte de associações com algumas características cooperativas. Algumas associações, como as Oreglonas e as Tasas, foram formadas para garantir aos seus membros “enterros e sepulturas decentes” (5).

Provavelmente, cidadãos livres, escravos e estrangeiros faziam parte de tais associações, ficando a admissão a cargo de um indivíduo que recebia uma denominação: aquinarista. Estas associações possibilitaram o surgimento das primeiras comunidades cristãs.

No Egito também existiram indícios da atividade associativa. Por meio das investigações de Revellot e Lumbroso, egiptólogos

renomados, chegou-se à conclusão de que os operários possuíam um regime cooperativo muito desenvolvido, organizando-se em grêmios que envolviam a vida industrial do país.

Tais associações, porém, não eram espontâneas, sendo constituídas por iniciativa do poder central, que as utilizaram segundo seus próprios interesses. A opressão e o trabalho compulsório marcaram profundamente a vida de tais operários.

No Império Babilônico, mais precisamente na região banhada pelos rios Tigres e Eufrates, foram notados "pontos de referência mais determinados para admitir a existência de associações cooperativas. No Código de Hamurabi existiram formas que revestem este caráter" (6).

Já entre os romanos, as formas de cooperação eram rudimentares, organizadas em colégios, que foram dissolvidos no ano 654 a.C. Os colégios eram vistos com desconfiança pelos imperadores que os submetiam à prévia autorização do poder público.

A Palestina foi apontada como um dos locais onde os primeiros tipos de associações mútuas cooperativas foram formados. No Talmud Babilônico existiu o Tratado Bavá Camá, em que a trajetória dos hebreus foi narrada entre os anos 356 e 426 d.C. Em tais documentos foi possível verificar a existência de associações mútuas entre caravanas de mercadores, visando ao seguro do gado assírio.

Mudando o enfoque para a América Andina, os Astecas receberam inúmeras referências como precursores de um associativismo que se assemelhava ao dos Incas. No caso asteca, o rei possuía a soberania sobre as terras, repartindo-as entre os seus súditos para seu uso. Os tributos pela utilização da terra eram pagos ao rei e ao Senhor Local, ficando o restante da produção reservada para a família. A terra deveria ser cultivada sem interrupção e as pessoas tinham como obrigação permanecer no lugar que correspondia à parcela. Na eventualidade de o beneficiário deixar de cultivar a terra durante dois anos, o Senhor Local administrava-a por ele e, na continuidade de sua falta, o usuário perdia o direito de cultivá-la.

Entre os astecas alguns caracteres cooperativos foram apon-

tados como elementos de destaque, entre os quais: os usuários não eram assalariados do rei, mas homens livres que cultivavam as terras por meio de seu próprio esforço; constituíam coletivamente seus sistemas de irrigação; combatiam as pragas em conjunto; construía obras de defesa e jardinagem; no caso de alguém perder a colheita, as sementes eram emprestadas entre si e a operação realizada pelo Senhor local; as festas eram celebradas coletivamente. Tais fatores proporcionaram aos estudiosos do cooperativismo a consideração das primeiras práticas associativas entre os astecas, como precursoras do movimento que efetivamente se originou no século XIX.

Entre os incas também surgiram indícios de uma suposta atividade cooperativa. O império inca assentava sobre a base econômica do trabalho coletivo de homens e mulheres, atendendo às necessidades da população e suprindo a todos, afastando, assim, as condições sociais adversas.

Existiam os *ayllus* que se constituíam em unidades sociais do império, onde se firmavam os vínculos de sangue no trabalho em comum da terra. Neles havia um alto grau de solidariedade e cooperação humanas.

Nos *ayllus*, a terra assumia um significado similar à maturidade e o trabalho era realizado em comum. À terra eram oferecidos os frutos produzidos. Nestas sociedades agrícolas, os produtos eram divididos segundo o trabalho prestado e as necessidades de seus membros. Tais sociedades expandiram-se pelo continente, estimulando esta modalidade de trabalho cooperativo. O Estado apoiava as modalidades de cooperativas que foram destruídas pelos conquistadores espanhóis, representantes da civilização do fogo e da pólvora.

No caso europeu, entre os países eslavos foram encontradas formas de comunidades agrícolas coletivas. Eram as *zadrugas* dos sérvios e os *mir* dos russos.

O *mir* representava, mesmo no tempo da servidão, a comunidade dos camponeses que viviam nas terras pertencentes a um senhor que cedia seu usufruto em troca de um imposto coletivo. Com a lei de 1861, que emancipou os servos, houve favorecimento da ocupação coletiva dos terrenos, possibilitan-

do, ao mesmo tempo, uma garantia coletiva das obrigações fiscais (3, p.6).

Na Rússia antiga, uma instituição econômica se aproximava das cooperativas modernas. Tal instituição, conhecida como *Artel*, consistia na verdade, em associações de trabalho que existiram durante o século XIV, formadas por pescadores e agricultores.

Era uma associação de pessoas cujo número de trabalhadores era ilimitado, sem capital nenhum ou em escala bem reduzida. A associação elegia seu chefe e baseava-se na solidariedade entre seus membros.

Na Idade Média, entre os cristãos existiram organizações econômicas cujas bases eram os mosteiros, onde a produção e o consumo visavam ao bem comum. Assemelhavam-se às cooperativas integrais da atualidade, guardadas as diferenças de contexto.

No período medieval, para De Brouckere teria existido uma forma primitiva de cooperação. Na exploração agrícola dava-se o domínio, onde deveriam trabalhar os servos e onde estavam os vassallos do senhor, e as comunas, que eram exploradas em comum pelos habitantes, de forma quase igualitária.

No entanto, as considerações de Dobb acerca do feudalismo mostraram as relações sociais por ele definidas como "servidão feudal" nas quais a relação de propriedade afirma-se como uma relação direta entre senhores e servos, de modo que o produtor direto não seja livre" (2, p.45).

A servidão feudal foi marcada por um baixo nível de técnica, uma vez que os instrumentos de produção eram simples e baratos. Para Dobb, o ato da produção tinha, na verdade, um caráter individual:

A divisão do trabalho (e conseqüentemente) a coordenação dos indivíduos na produção como um processo socialmente integrado mostra-se em nível bem primitivo de desenvolvimento. Historicamente tem sido igualmente associado (e por motivos semelhantes quanto ao essencial) a condições de produção para as necessidades imediatas do domicílio ou comunidade de aldeia, e não a um mercado mais amplo... (2,p.46)

Se havia uma relação solidária e uma possibilidade de associação entre os servos, estas se manifestavam, em nível local, nas pequenas comunidades.

1.2 Os precursores do Cooperativismo

Antes de se manifestarem em uma sociedade que passava pela revolução industrial, as idéias cooperativistas tiveram por base de doutrina "as utopias" que, a partir da segunda metade do século XV e meados do século XVII, começavam a surgir.

Os utopistas escreveram alguns romances sociais, nos quais se encontram algumas descrições a respeito de organizações constituídas de forma racional e sem os problemas apresentados nas sociedades contemporâneas.

Neste sentido, obras como *A Utopia*, de Tomas Morus (1478-1536), e *Nova Atlântida*, de Francis Bacon (1616-1628), deram as bases para as concepções cooperativistas encontradas nos pensadores da era moderna que exploraram tal domínio.

Os primeiros pensadores surgiram na Inglaterra e na França, onde as ciências apresentaram um desenvolvimento considerável e onde aconteceu a revolução industrial que marcou a época moderna.

Na verdade, as críticas formuladas por estes pensadores não ocorreram de forma sistemática com relação às condições sócio-econômicas em que viviam.

Novas forças de produção começavam a se delinear já nos séculos XVI e XVII, como que num prenúncio da Revolução Industrial ocorrida no século XVIII. Neste sentido, a posição de pensadores como Francis Bacon efetivava-se como uma reação através das formas de organização propostas que mais representavam uma "fuga" às condições em termos de realidade concreta.

Estes autores presenciaram as primeiras manifestações do capitalismo, mesmo que nem todas suas principais características se tivessem evidenciado. As condições históricas impuseram limitações para as propostas, ou para a solução dos problemas apresentados por alguns dos precursores do cooperativismo.

Pelo fato de terem proposto em suas obras determinadas formas de associação, as quais podem ser encaradas como resposta à situação gerada pela evolução do capitalismo, são considerados pelos historiadores do movimento cooperativo como precursores do cooperativismo. (3, p.5)

Devido, porém, ao fato de não terem considerado as possibilidades de as associações existirem em relação ao contexto e à realidade em que viviam, bem como de não terem tentado a implantação das sociedades que descreveram, já que as mesmas, naquele momento histórico, eram inviáveis, os primeiros pensadores podiam ser considerados apenas precursores remotos do cooperativismo (6).

Alguns pensadores apresentaram uma contribuição acentuada nos primeiros movimentos do cooperativismo, defendendo idéias em que a solidariedade humana ocorresse com maior intensidade. Entre eles, destacou-se P. C. Plockboy, holandês, que se fixou na Inglaterra. Procurando difundir suas idéias, publicou um panfleto em 1659, no qual expunha suas principais proposições.

Para este pensador, deveria existir uma associação econômica em que a propriedade privada fosse preservada. Todavia, a justiça social e a abolição da exploração humana iriam prevalecer. Seriam formadas famílias ou pequenos grupos, com as quatro mais importantes categorias de indivíduos: agricultores, operários, marinheiros e mestres em artes e ciências.

Cada um será creditado por tudo que trazer para a sociedade (terra, dinheiro, meios de transporte). Em razão destes bens, o associado não receberá nenhum lucro. A propriedade individual é, pois, respeitada, assim como o patrimônio. Os associados podem pedir sua retirada e, desde então, sua participação lhes será restituída. (6)

Ao preservar a propriedade individual, esse pensador manifesta uma posição diversa daquela de pensadores socialistas. Tam-

bém a propriedade individual foi plenamente difundida pelos adeptos do liberalismo.

Para Plockboy, um grupo de "patronos" constituía um fundo visando à construção de dois edifícios em Londres, que abrigariam de 20 a 30 famílias e lojas de várias espécies. Os dirigentes e os empregados seriam eleitos por um ano pelos membros de tal associação. Mesmo assim, haveria operários que trabalhariam doze horas (seis a mais que os associados).

Segundo ele, haveria uma estreita relação entre indústria e agricultura e, no âmbito do consumo, os preços das mercadorias deveriam baixar já que o abastecimento, além de ser comum, se processava em grandes quantidades. O modelo proposto aproxima-se das cooperativas integrais, que visam às necessidades dos associados. Tanto a produção como o consumo deveriam ser submetidos à cooperação.

Um outro pensador, John Bellers (1654-1775), propôs um tipo de reforma cujos objetivos se aproximavam das propostas de Plockboy. Entretanto, Bellers foi influenciado pela religião, estabelecendo um vínculo entre a fé e a vida secular.

Pelo fato de pertencer aos Quakers, o ideal de bem-estar, pelo menos entre os membros da comunidade da qual fazia parte, tornou-se quase que imperativo. Assim, Bellers preconizou um sistema baseado nas colônias cooperativas de trabalho, no qual existiriam no mínimo 300 associados, com vantagens de ordem econômica em relação à economia individual.

Na concepção de Bellers, deveriam ser suprimidos os lucros de intermediários e das indústrias que fossem consideradas inúteis, como também toda sorte de gastos. Havia uma preocupação com a redução das despesas (aluguel).

Uma proposta encontrada foi a união entre agricultura e indústria, o que, segundo Bellers, possibilitou um melhor tratamento da terra. A produção seria direcionada para as necessidades da colônia, sendo seus lucros calculados e, em tese, repartidos entre os depositantes, de acordo com o capital aplicado por cada um. Aos operários e contramestres eram assegurados apenas os meios necessários à sua subsistência.

Para Bellers, o trabalho constituía a riqueza de uma nação.

Assim, a pobreza somente seria diminuída por meio do trabalho que motivaria a luta pela sobrevivência. O esforço associativo foi um dos pilares da concepção deste pensador na realização de tarefas sempre em comum.

A idéia básica do self-help expandiu-se para a maioria dos movimentos cooperativos, cujo objetivo principal era a realização de uma sociedade mais humana. Nas concepções de Bellers foi possível notar a presença de uma ética marcada pelos valores morais, em decorrência do puritanismo presente entre os Quakers, reforçando a tese defendida por Max Weber acerca de uma possível relação entre protestantismo e capitalismo.

Mas o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida. A expressão paulina, quem não trabalha não deve comer, é incondicionalmente válida para todos. A falta de vontade de trabalhar é um sintoma da ausência do estado de graça. (3.p.6)

A ênfase no trabalho por parte dos precursores do pensamento cooperativo estruturou-se como elemento constituinte das primeiras associações. No entanto, não se questionou a intensidade das jornadas de trabalho, nem as condições em que o mesmo era desempenhado. Esta preocupação tornou-se mais intensa com os socialistas utópicos que se levantaram em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por meio desses, o cooperativismo europeu teve suas primeiras idéias lançadas, segundo as quais uma nova sociedade seria marcada pela ausência da propriedade privada, do lucro, da exploração do trabalho e da desigualdade no campo social, político e econômico.

Eles imaginavam cidades com a organização de grandes cooperativas, geridas pelos próprios trabalhadores. Haveria escola para todos, igualdade de direitos, abundância e felicidade (2.p.45).

Tais cidades eram concebidas como comunidades livres que possuíam governo próprio. Seriam criadas pelos despossuídos

que conseguiriam, assim, condições favoráveis para sua sobrevivência.

Encontra-se aí uma relação com as proposições de Thomas Morus, que preconizava uma sociedade alternativa, em sua obra, *A Utopia*, que, em grego, significa "fora de lugar". Morus analisou o problema das sociedades fazendo críticas às formas adotadas em sua época. Ele concebia uma ilha imaginária onde se instalaria uma sociedade comunista que serviria de modelo para as demais.

No século XVII, os sonhos de uma sociedade harmoniosa em uma ilha distante vão cedendo lugar às críticas direcionadas às estruturas políticas que perpetuavam uma situação social cada dia mais catastrófica (2, p.46).

No caso específico da Inglaterra, as conseqüências da primeira fase da Revolução Industrial iriam contribuir para o surgimento de posições críticas quanto à exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças.

Na França, a decadente monarquia e sua inadequação frente a uma nova ordem que surgia encabeçada pela burguesia emergente requeriam o questionamento da ordem social naquele momento histórico. Os pontos de ataques dos críticos sociais franceses eram a monarquia, a religião e o absolutismo, que, em sua visão, seriam os responsáveis pela reprodução da miséria da população.

Na Inglaterra, Winstanley procurou desenvolver uma experiência de trabalho comunitário agrícola, não obtendo êxito. Para ele, a sociedade estaria dividida em classes antagônicas e o trabalho coletivo, bem como a propriedade coletiva da terra, seriam os meios para se atingir a felicidade (5, p.7).

Charles Hall criticou a questão do lucro mostrando que os trabalhadores apenas criavam-no, porque o salário que recebiam era sempre menor do que o valor que produziam. Para Hall, a diferença entre ricos e pobres aumentaria cada vez mais, provocando um antagonismo ainda maior entre os dois grupos.

Com a Revolução Francesa, houve um aumento significativo das concepções socialistas com um caráter de luta política, vi-

sando modificar as estruturas sociais vigentes. A burguesia contou com o apoio da maior parte da população francesa.

Se, na França, a Revolução iniciada em 1789 marcou uma ruptura com o Antigo Regime, na Inglaterra a Revolução Industrial semeava as contradições sociais de uma nova fase do capitalismo: a fase industrial.

A importância de analisarmos as contradições sociais e políticas nesse momento histórico mostrou-se significativa, pois, no caso inglês, Owen formulou uma doutrina cooperativa mais humanitária, dando sua contribuição, enquanto socialista utópico ao movimento cooperativista que efetivamente se realizaria com os tecelões de Rochdale.

Robert Owen nasceu em Newton (Gales); começou sua vida profissional como comerciante, expandindo-se rapidamente nos postos de uma fábrica de tecelagem em New Lanark. Nesta cidade, chegou a dono de fábrica e passou a analisar os resultados da revolução industrial inglesa, a fim de propor soluções alternativas para a sociedade.

1.3 A Revolução Industrial e o Cooperativismo

Não se pode analisar o cooperativismo sem fazer menção à Revolução Industrial e, de forma mais específica, à sua fase inicial na Inglaterra. Embora houvesse um acentuado progresso tecnológico nos séculos XVIII e XIX, as condições humanas e sociais a que estava submetida a classe operária eram precárias. Nesse sentido, tais condições geraram preocupações e questionamentos por parte dos pensadores que criticavam a estrutura social e provocaram uma reação, manifestada, na prática, pela mobilização de operários e trabalhadores dos diferentes ramos.

Embora a técnica e a mecânica apresentassem considerável desenvolvimento, o trabalho de mulheres e crianças foi amplamente utilizado em jornadas elevadas de trabalho.

Na manufatura como na cooperação simples, o corpo de trabalho que funciona é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção, composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertencem

ce ao capitalista. A força produtiva resultante da combinação aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita submete o trabalhador, outrora independente, às ordens e à disciplina do capital; mas, além disso, cria um gradação hierárquica entre os próprios trabalhadores. (3)

A discussão em torno da Revolução Industrial trouxe contribuições significativas para se compreender o contexto em que surgiu o cooperativismo. A observação acerca das obrigações impostas à classe operária e as contradições presentes na sociedade inglesa e, depois, em toda a Europa possibilitaram o surgimento de movimentos alternativos, coletivos ou fruto de iniciativas individuais, visando diminuir o fosso que separava as camadas ricas e a população mais pobre. O cooperativismo, nesse momento histórico, constituiu-se em uma alternativa.

Seu surgimento liga-se ao desenvolvimento do capitalismo na Europa, como expressão do movimento operário e reação às condições de extrema exploração então existentes.

Neste sentido, Gilvano Sá Rios assegura que o contexto social, a ausência de um sistema previdenciário, a falta de segurança no trabalho e as proibições de associações foram situações favoráveis ao surgimento do cooperativismo (8).

Países como Inglaterra e França proibiam associações operárias, por meio de leis que previram penas severas para os infratores. As primeiras associações operárias surgiram de maneira clandestina, visando, inicialmente, à ajuda mútua.

As associações de ajuda mútua constituíram, de certa forma, a matriz do sindicalismo, da previdência social e do cooperativismo. Este último pode ser concebido como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como estratégia de sobrevivência e também como projeto político. O cooperativismo europeu, em seus primórdios, pretendia eliminar o regime capitalista e, de forma específica, suas contradições (6).

Nesse contexto, insere-se o pensamento do pioneiro Owen que caminhava na direção de coibir a ganância e o lucro, considerados por ele como flagelos da humanidade. Owen postulava

a teoria das trocas eqüitativas, questionando o fato dos bens econômicos serem vendidos a um preço maior do que o preço de custo. O lucro obtido nesta operação era considerado por ele como "injusto".

Para Owen, o lucro comercial deveria ser abolido, permitindo a idéia de que os intermediários acabariam suprimidos, já que eram os responsáveis pelo aumento do preço da mercadoria.

Sua posição era favorável à criação de uma associação econômica integral e, por causa dessa posição, foi considerado o precursor da cooperação de consumo. Suas posições influenciaram os Pioneiros de Rochdale, que formaram sua cooperativa em 1844.

Acerca dessa fase do cooperativismo, Rios propôs uma classificação, abordando as diferentes experiências que surgiram neste momento histórico. Para ele, as experiências ascendentes seriam aquelas que partiam das comunidades agrícolas e, depois de passar pelo beneficiamento da produção, atingiam o setor de serviços e de educação. As idéias de Robert Owen estariam identificadas com essa categoria já que, além de lutar pela multiplicação de cooperativas operárias, de produção e consumo, ele se posicionava a favor da unificação do movimento sindical.

Uma outra perspectiva, a descendente, também foi considerada por Rios. Nesta partia-se do consumo para chegar ao setor agrícola. A outra corrente teve como destaque William King, que, no período compreendido entre 1827 e 1830, fundou 300 cooperativas de consumo (3, p.6).

Não se trata de fazer uma apologia em torno de Owen ou de outros pioneiros, mas de reconhecer que suas posições para sua época apresentaram um certo destaque, pois, neste período da Revolução Industrial, uma postura favorável à classe operária era considerada estranha. Suas posições, seguindo um certo idealismo, foram marcante especialmente no interior das fábricas.

Diminuiu o número de horas de trabalho, de 17 para 10, por dia, e ainda aumentou os salários. O emprego de crianças de menos de 10 anos nas oficinas foi interdito e foi-lhes ministrado ensino gratuito. Dirigiu-se aos pró-

prios industriais, a fim de interessá-los nos seus projetos de política social (2, p.45)

Se Owen influenciou os primórdios do cooperativismo inglês, William King também trouxe contribuições que serviram para embasar tal movimento. Para ele, a principal idéia era o fortalecimento do consumo público. Em 1827, King criou a primeira cooperativa de consumo em Brighton. Seguindo o modelo empregado nessa cooperativa, outras três logo se estruturaram. Sua preocupação era com as comunidades cooperativas, embora insistisse na importância de armazéns de distribuição no varejo como fator de renovação econômica.

Segundo Maures (4), King preconizava a importância do Self-help, voltado para os pobres, mais do que da "ajuda paternalista dos ricos e poderosos" (2, p.46). Provavelmente a influência do cristianismo em roupagem protestante tinha exercido um papel-chave nas posições adotadas por King. De alguma forma, um movimento em prol das melhorias sociais, talvez inspirado pela consciência "cristã" em intensa relação com o sistema cooperativo, fez brotar na Inglaterra, reivindicações favoráveis às primeiras "vítimas do capitalismo industrial" (5, p.7).

Visando à propagação de suas idéias, King fundou, em 1828, uma revista, *The Cooperator*, que foi publicada em 1838. Para ele, as camadas operárias só poderiam erguer-se da miséria em que estavam pela cooperação, concebida como um meio possível para a criação de uma vida independente.

Segundo as idéias deste pensador, as forças dos trabalhadores estavam dispersas e só poderiam encontrar sucesso na associação de seus interesses:

A soma de dinheiro que as classes operárias dispõem bem ou mal é enorme; ela se traduz por um número respeitável de milhões. Só o lucro resultante dessa soma seria suficiente para construir e adquirir fábricas. Não é portanto nem a falta de forças nem a falta de meios, mas simplesmente a falta de compreensão que impede o trabalhador de progredir e se emancipar. (5, p.8)

King preconizou que a cooperativa se transformaria no meio de concentrar a força dos trabalhadores, conservando os lucros que virtualmente se perdessem no comércio de mercadorias. No entanto, em seu pensamento existia a posição de que os operários não sabiam trabalhar com o dinheiro. Nesse sentido, ele apontava como forma de enfrentar o "desperdício" a associação dos mesmos e sua incorporação ao sistema capitalista. Eles deveriam aceitar a possibilidade de lucro.

Mesmo que marcada por uma passividade frente aos problemas gerados pelo liberalismo econômico, a posição de King não deixou de ser uma "reação" aos desequilíbrios sociais existentes na sociedade inglesa.

CONCLUSÃO

As bases ideológicas do cooperativismo analisadas aqui não contemplaram os pioneiros de Rochdale. Seu sistema de trabalho e visão de mundo serão tratados em outro artigo sobre a problemática do cooperativismo.

Neste sentido, a intenção foi analisar as idéias geradoras do cooperativismo em um contexto de desenvolvimento histórico. Assim, houve espaço para os principais elementos que antecederam sua estruturação e sua efetiva manifestação em um mundo marcado pelo desenvolvimento industrial.

BIBLIOGRAFIA

1. Chauf, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995.
2. Dobb, M. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s.d.
3. Gayoto, A. M. Formas primitivas de cooperação e precursores. 9.ed. São Paulo: ICA, 1993.
4. Miranda, V. M. H. Doutrinas e empresas cooperativas. Araraquara, 1973. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista.
5. Oliveira, N. B. Cooperativismo: guia prático. Porto Alegre, 1978.
6. Weber, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1992.